

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 03

4º TRIMESTRE DE 2020



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS



**Red
ODSAL**
Red de Observatorios de la Ciudad
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas

**SALATA, Andre Ricardo.,
RIBEIRO, Marcelo Gomes.**

Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 03, 2021

Disponível em:
<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata
Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metrôpoles
Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Pesquisador do Núcleo RJ (coordenação nacional) do Observatório das Metrôpoles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira
Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metrôpoles

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metrôpoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metrôpoles
comunicacao@observatoriodasmetropoles.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

No quarto trimestre de 2020 a média móvel do coeficiente de Gini nas Regiões Metropolitanas, que mede a desigualdade de rendimentos do trabalho, atingiu seu maior valor na série histórica, chegando a 0,631. Portanto, 2020 foi, com folga, o ano de maior desigualdade em nossas metrópoles desde o início da série.

2

Entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020 a média do coeficiente de Gini nas metrópoles passou de 0,603 para 0,631, um aumento de 4,6%. Este é o maior aumento já registrado do quarto trimestre de um ano em relação ao quarto trimestre do ano imediatamente anterior desde o começo da série histórica.

3

O coeficiente de Gini médio do 3º trimestre de 2020 foi o mais elevado já registrado na série histórica, quando atingiu o patamar de 0,644. Na comparação entre o 4º trimestre e 3º trimestre de 2020, houve redução de 2,2% na desigualdade de rendimento do trabalho para o conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras.

4

Na comparação do 4º trimestre de 2020 com o 4º trimestre de 2019, houve queda de 10,1% do rendimento médio no conjunto das Regiões Metropolitanas, que passou de R\$ 1.422,42 para R\$ 1.278,91. Em nenhum outro momento registrado pela série histórica houve queda tão acentuada no rendimento médio do trabalho como a ocorrida nesse período, e cujo resultado fez a renda média retornar ao patamar do início da série, no ano de 2012.

5

Para o estrato dos 40% mais pobres, o rendimento médio do trabalho caiu 34,2% no conjunto das metrópoles, entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020. Ou seja, a renda do trabalho entre os mais pobres de nossas metrópoles, no final do ano passado, ainda estava muito abaixo do patamar encontrado antes da pandemia.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

6

Já para os 50% de renda intermediária a queda foi de 8,6%. E para o estrato dos 10% mais ricos foi de 6,9%. Portanto, apesar de todos os estratos perderem renda, a queda foi muito maior para os mais pobres.

7

O rendimento médio per capita do trabalho dos 40% mais pobres no conjunto das Regiões Metropolitanas variou de R\$ 237,18 para R\$ 155,95, entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020. No mesmo período, o rendimento médio dos 10% mais ricos variou de R\$ 6.825,36 para R\$ 6.355,74.

8

No 4º trimestre de 2019, os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 29,3 vezes mais do que os 40% da base da distribuição de renda. No 4º trimestre de 2020, os 10% do topo da distribuição de renda passaram a ganhar, em média, 39,1 vezes mais que os 40% da base da distribuição de renda. Essa é a maior vantagem do topo em relação à base já verificada em toda a série histórica⁴.

9

No estrato dos 40% mais pobres, 8,8% das crianças e jovens com idade correspondente ao Ensino Fundamental, e 26,9% dos jovens com idade correspondente ao Ensino Médio, apresentavam anos de escolaridade abaixo do esperado. No estrato dos 10% mais ricos, esses valores eram de 2,7% e 4,4%, respectivamente⁵. Tais resultados expressam a péssima distribuição de oportunidades entre os estratos sociais nas metrópoles brasileiras.

10

No estrato dos 40% mais pobres, 16,8% dos jovens entre 18 e 24 anos haviam ingressado no ensino superior na média dos últimos quatro trimestres. No estrato dos 10% mais ricos, esse valor era de 66,4%⁶. Ou seja, há forte desigualdade de oportunidades em nossas metrópoles.

4 Valores calculados com base na média móvel de rendimentos dos últimos 4 trimestres.

5 Valores correspondentes à média móvel dos últimos 4 trimestres.

6 Valores correspondentes à média móvel dos últimos 4 trimestres.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI⁴ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país⁵. E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

4 Fundo Monetário Internacional.

5 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. A cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo ⁶.

Em cada um dos boletins trimestrais, além das informações básicas, incluiremos blocos complementares sobre: desigualdade e escolaridade (1º trimestre), desigualdades raciais (2º trimestre), desigualdades de gênero (3º trimestre) e desigualdade

de oportunidades (4º trimestre).

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

6 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho. Na edição anterior deste boletim, no entanto, trabalhamos excepcionalmente com os dados da PNAD COVID19, o que nos permitiu considerar também os demais rendimentos.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda; e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas⁷ e a evolução da média móvel de quatro trimestres – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o segundo trimestre de 2015, quando se elevou até o primeiro trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o quarto trimestre de 2019. Nos trimestres seguintes do ano de 2020 ocorreu significativo aumento no Gini, mesmo que no último trimestre tenhamos registrado redução em relação ao trimestre imediatamente anterior. Apesar dessa redução,

o Gini do 4º trimestre de 2020 significou um aumento de 4,6% em relação ao 4º trimestre de 2019, o maior aumento já registrado do quarto trimestre de um ano em relação ao quarto trimestre do ano imediatamente anterior desde o começo da série histórica.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2020. Além disso, se percebe o aumento abrupto que ocorreu no Gini entre o 1º trimestre e 4º trimestre de 2020. Isso significa que, na média móvel dos últimos quatro trimestres, ocorreu aumento expressivo das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país, decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela crise sanitária devido à Covid-19. A média móvel do Gini encontrada no último trimestre é a maior de toda a série histórica: 0,631

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das regiões metropolitanas, agrupadas pelas grandes regiões geográficas Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste⁸. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades

7 Ou seja, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das RMs, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.

8 Em função do grande número de metrópoles no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

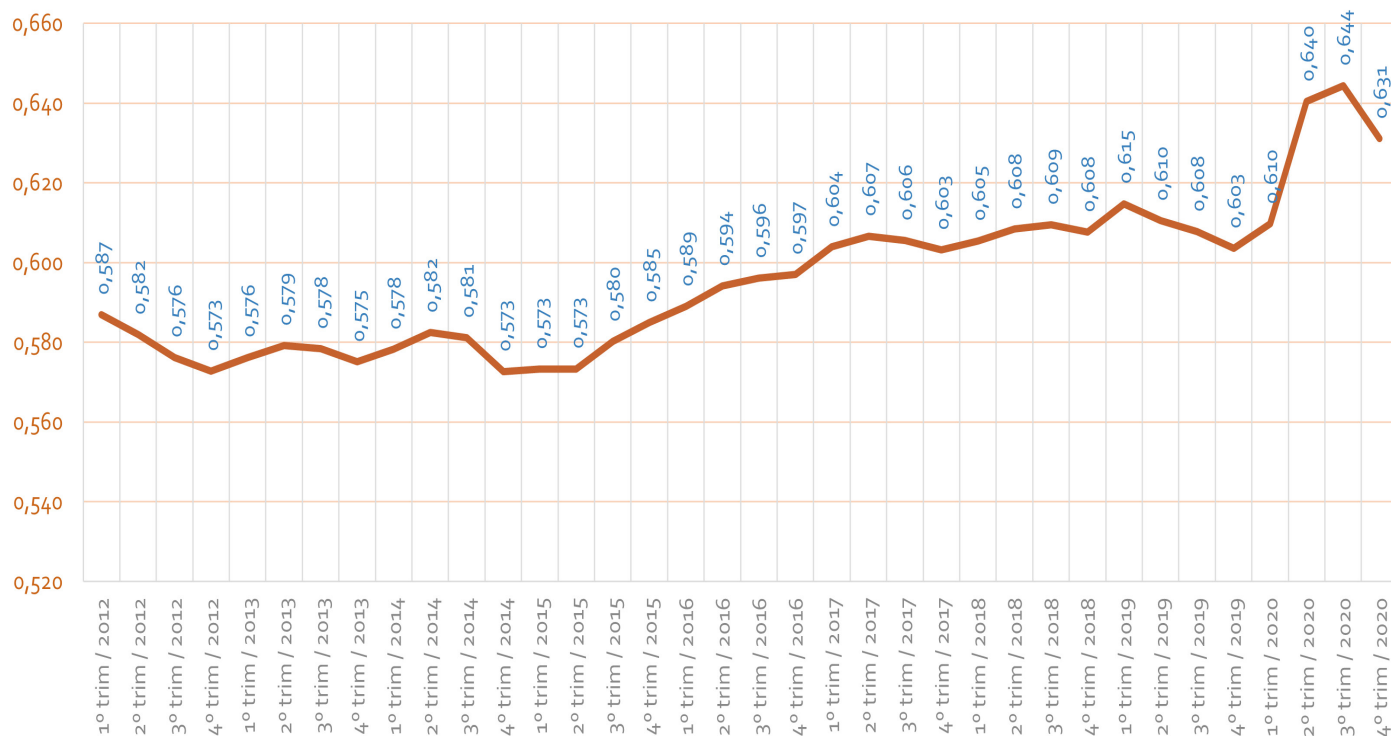


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

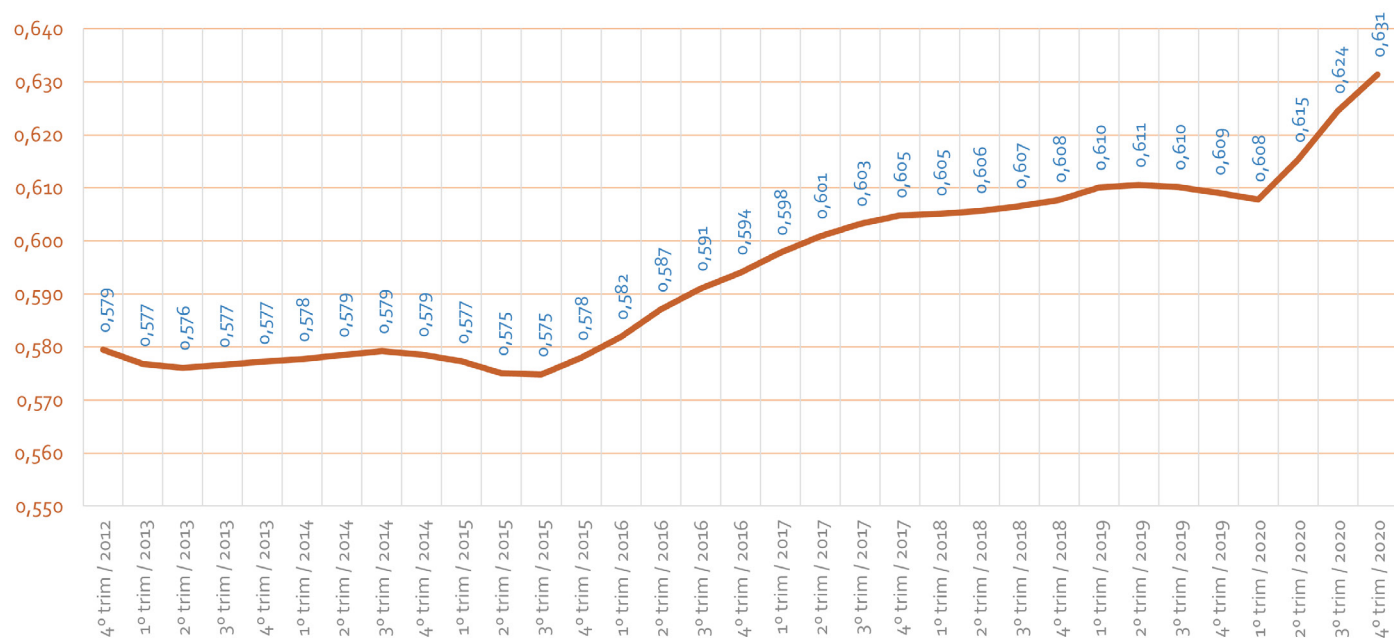


FIGURA 2: Evolução da média móvel do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

internas a cada uma das RMs ao longo dos últimos anos.

Ao considerar os gráficos de uma forma geral, se percebe que na maior parte das regiões geográficas as regiões metropolitanas apresentaram níveis de desigualdade de renda próximos, indicando uma convergência regional neste aspecto. A exceção foi o Distrito Federal, que apresentou perfil do coeficiente de Gini bem maior do que o restante das Regiões Metropolitanas do Centro-Oeste, embora venha se aproximando delas no período analisado. Ao longo de 2020, percebe-se também um distanciamento da RM de João Pessoa das outras RMs que compõe o grupo Nordeste I, Teresina, Fortaleza e Natal.

Além disso, comparando as regiões geográficas, se nota maior desigualdade de renda na região Nordeste e valores inferiores para região Sul e para região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal. Outro aspecto geral é que a evolução do coeficiente de Gini por região metropolitana tornou também evidente os efeitos recentes da pandemia sobre as desigualdades, posto que o coeficiente cresceu em 2020 em quase todas as regiões analisadas.

Olhando para cada uma das regiões geográficas, observamos que na região Norte a metrópole com maior nível de desigualdade era a RM de Manaus até 2018, quando foi superada pela RM de Belém. O crescimento das desigualdades no interior da RM de

Belém foi elevado, saltando de 0,533 para 0,656 entre o 4º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2020, atingindo o maior valor da série histórica.

Em relação à região Nordeste I, que agrupa as RMs de Teresina, Fortaleza, Natal e João Pessoa, o comportamento foi de um crescimento suave, mas constante, da desigualdade de renda no período analisado. As três primeiras RMs tiveram médias dos coeficientes semelhantes e que se intercalaram, enquanto a RM de João Pessoa teve a maior média do coeficiente em todo o período, registrando ainda uma alta maior do que o restante em 2020. Nos últimos quatros trimestres, a média móvel do coeficiente de Gini naquela região passou de 0,668 para 0,731, um crescimento de 9,4%.

A região Nordeste II, composta pelas RMs de Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, teve um perfil bastante estável e elevado da desigualdade de renda, quando em comparação com as outras regiões geográficas. No início da série se percebeu uma distância maior entre as médias dos coeficientes das RMs Recife e Maceió, mas ao final todas as quatro Regiões Metropolitanas tiveram médias de coeficientes de Gini muito semelhantes.

De modo geral, as RMs do Nordeste se caracterizaram por um grau constantemente mais elevado de desigualdades, e com tendência clara de aumento em Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e, mais recentemente, em Fortaleza.

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das RMs de Belo Horizonte e de Grande Vitória nos últimos anos. Em todas elas se percebe uma elevação da média móvel ao longo de 2020, com essa média chegando ao maior valor da série histórica nas quatro regiões.

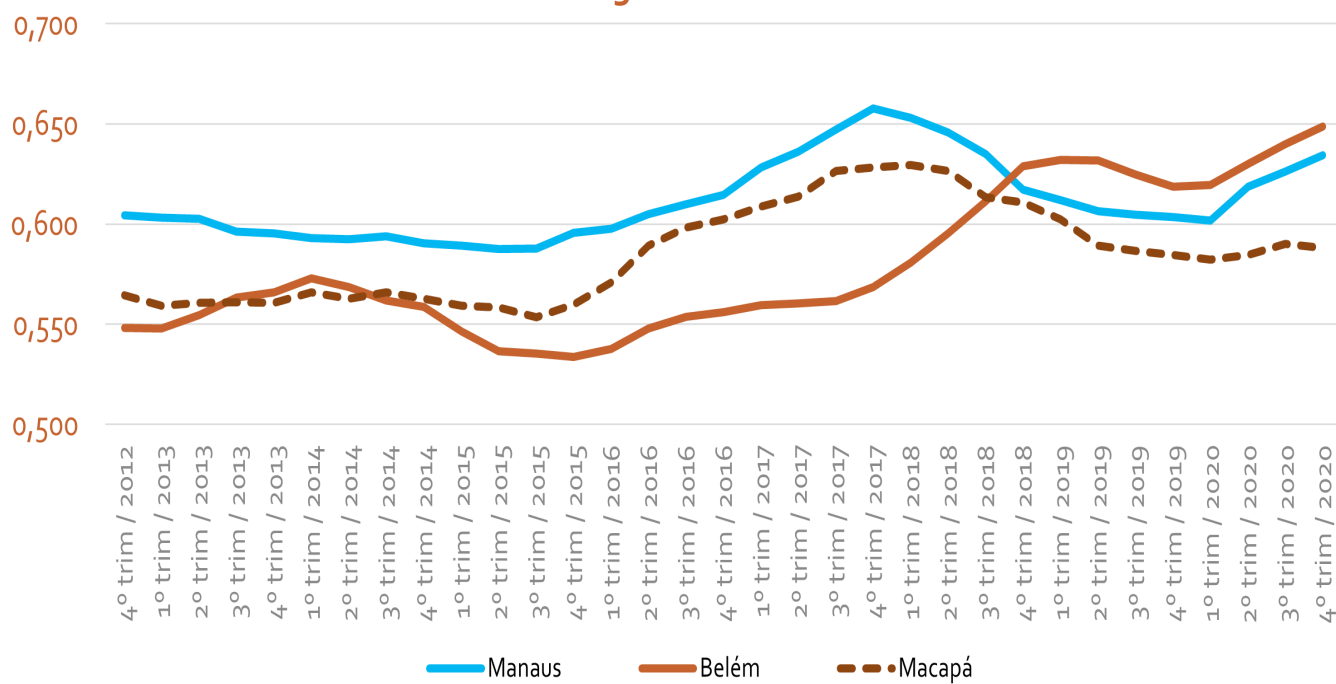
No caso do Rio de Janeiro, a tendência de elevação da média móvel do Gini começou no 4º trimestre de 2015 - quando a mesma era de 0,586 - e subiu de modo praticamente ininterrupto até o 4º trimestre de 2020 - quando chegou a 0,674. Já para São Paulo, a tendência de subida se iniciou no 4º trimestre de 2013 - quando a média móvel era de 0,574 -, chegando até o valor de 0,653 no 4º trimestre de 2020, com algumas interrupções desta tendência ao longo do caminho.

A região Sul apresenta os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três regiões metropolitanas em quase todo período analisado. A relação entre as três regiões metropolitanas não se alterou no período, com a RM de Porto Alegre apresentando a maior desigualdade, seguida pela RM de Curitiba e pela RM de Florianópolis. No último ano, contudo, as duas últimas RMs se aproximaram devido à elevação da média do coeficiente em Florianópolis.

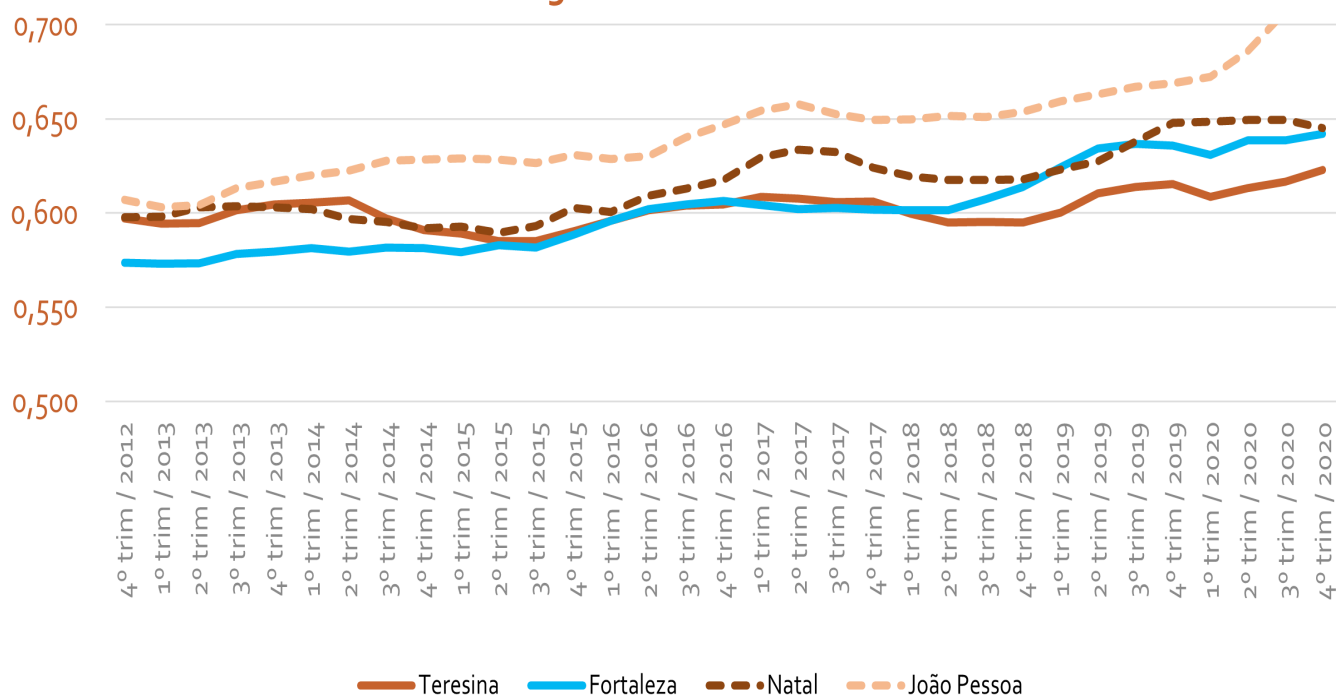
Curitiba foi a Região Metropolitana que apresentou o maior crescimento da desigualdade na região Sul, que saltou de 0,519 para 0,576 entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2018. Porto Alegre, por sua vez, apresentou uma tendência de alta desde o 4º trimestre de 2015, quando a média móvel do Gini era de 0,561, e que se acentuou ao longo de 2020, quando chegou a 0,625 no 4º trimestre.

Constatamos que a região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna, com a distância do comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As RMs do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016, quando a RM do Vale do Rio Cuiabá passou por um crescimento constante da desigualdade, chegando a valores próximos aos do Distrito Federal em 2020. No 3º trimestre de 2014 a média móvel do Gini era de 0,505 no Vale do Rio Cuiabá e no 4º trimestre de 2017 chegou a 0,561. A RM de Goiânia sofreu um grande aumento da desigualdade de renda em 2020 com a média móvel do coeficiente de Gini variando entre 0,541 e 0,577 entre os 4os trimestres de 2019 e 2020, respectivamente.

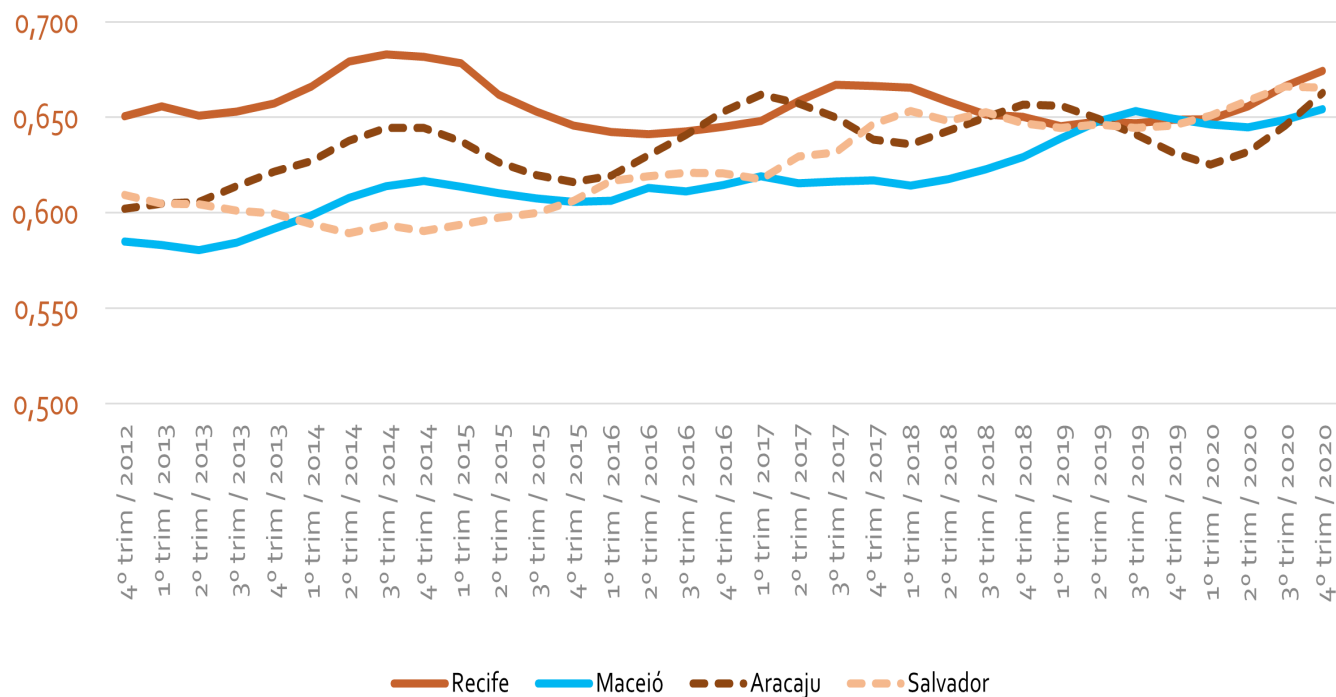
Região Norte



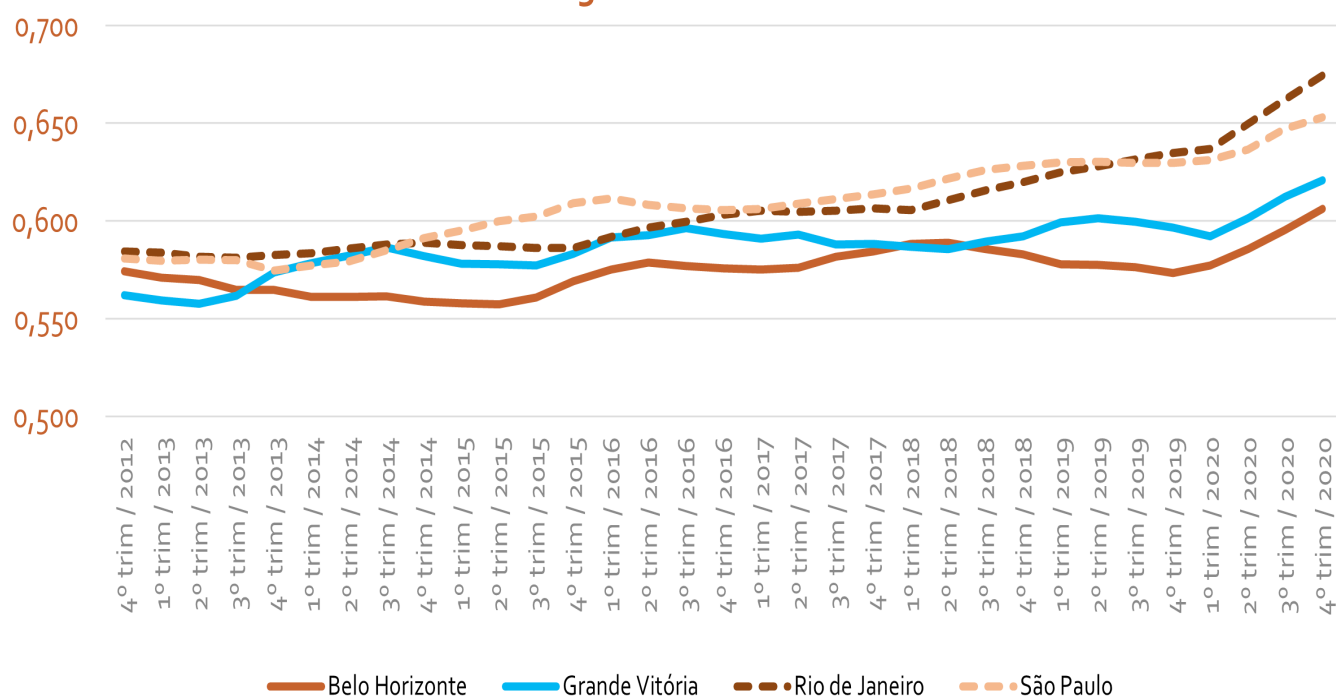
Região Nordeste I



Região Nordeste II



Região Sudeste



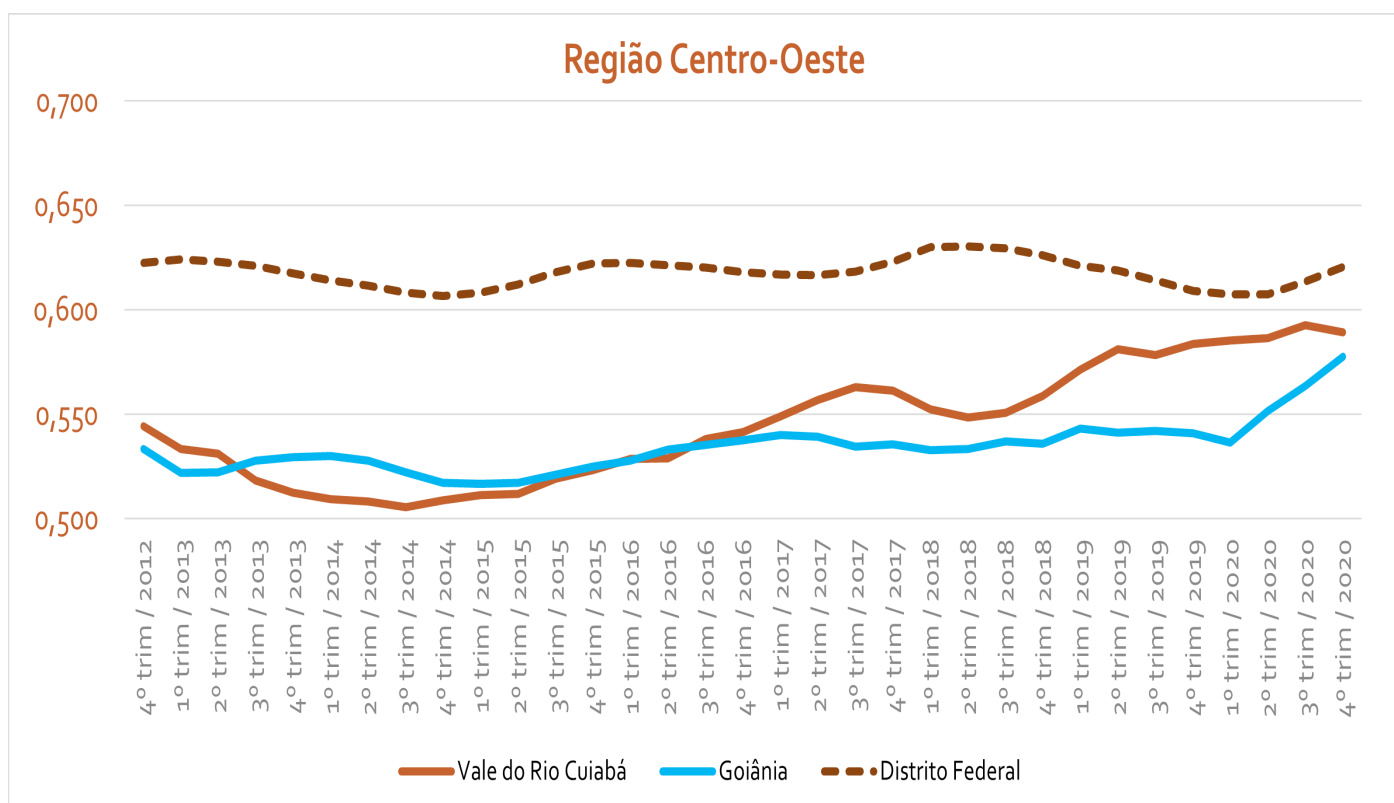
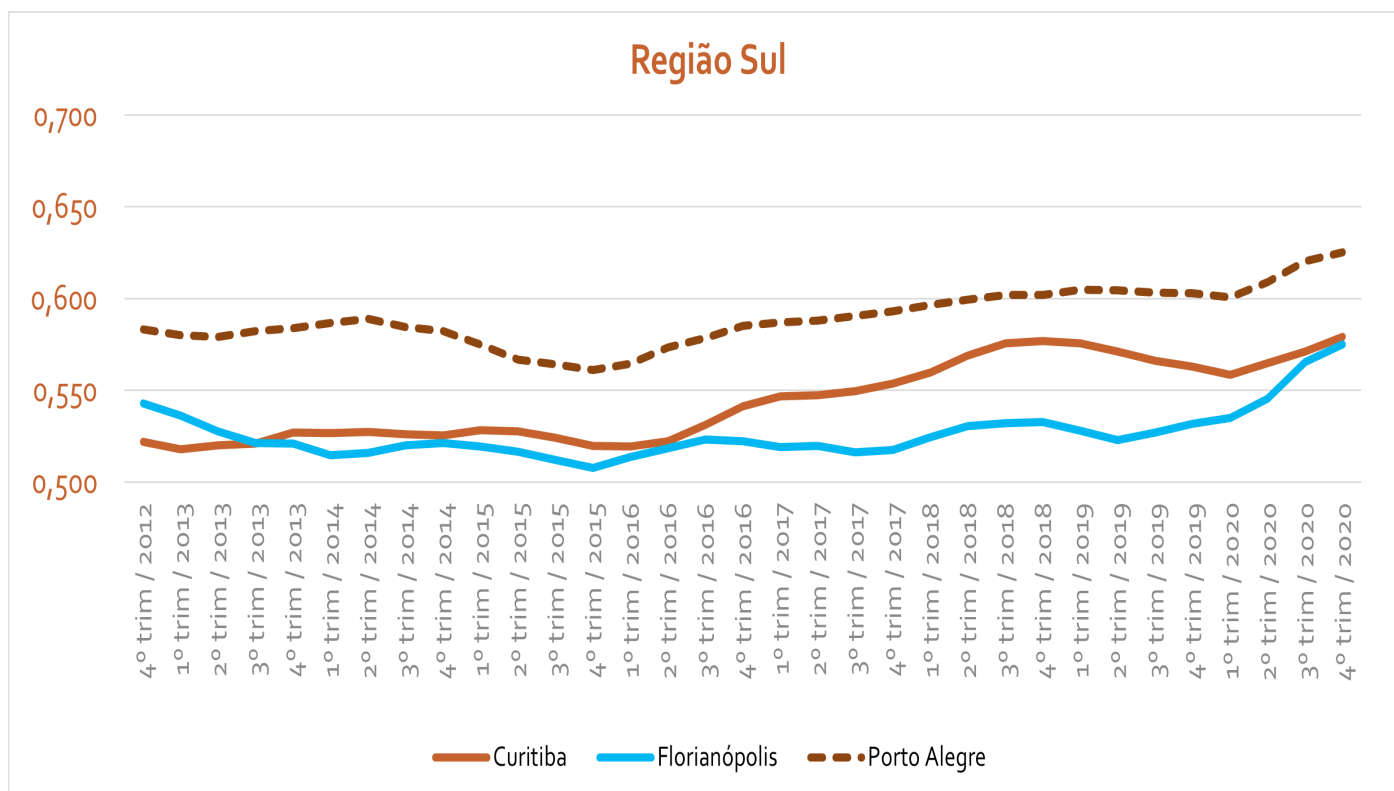


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

Na figura 4 estão expostos os coeficientes de Gini para o 4º trimestre de 2019 e para o 4º trimestre de 2020 para cada uma das Regiões Metropolitanas. Há uma considerável variação do coeficiente de Gini entre as Regiões Metropolitanas, mesmo observando que em geral todas elas apresentaram níveis de desigualdades muito elevados. No 4º trimestre de 2020 as metrópoles com as menores desigualdades eram Florianópolis, com o valor de 0,575 - apesar do aumento 7,2% em relação ao ano anterior -, e o Vale do Rio Cuiabá, que teve redução das desigualdades em 2,4% em relação ao 4º trimestre de 2019. A metrópole com a maior desigualdade era João Pessoa, com Gini de 0,731, registrando aumento de 9,5% em relação ao 4º trimestre de 2019.

No conjunto das metrópoles mais desiguais no 4º trimestre de 2020, com Gini acima da média, temos, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju, Belém, Maceió, São Paulo, Salvador, Fortaleza e Natal. Já entre as metrópoles menos desiguais, com Gini abaixo da média, constam também em ordem decrescente de desigualdade de renda: Distrito Federal, Manaus, Teresina, Grande Vitória, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Grande São Luís, Goiânia, Macapá, Vale do Rio Cuiabá e Florianópolis.

Além da posição relativa entre as metrópoles, as informações da figura 4 nos permitem também verificar a variação das desigualdades de renda no último ano,

comparando sua evolução recente entre as regiões metropolitanas de todo o país. O primeiro aspecto que se percebe foi o aumento geral da desigualdade de renda ao longo de 2020. A variação do coeficiente de Gini para a média do conjunto das RMs foi de 0,603 a 0,631, um aumento de 4,6%. Esse aumento se verificou na grande maioria das RMs, com as exceções sendo as RMs de Macapá, Natal, Salvador e Vale do Rio Cuiabá, que registraram pequena redução (inferiores a 2,5%) da desigualdade de renda.

A RM onde verificamos o maior aumento proporcional do Gini no último ano foi Aracaju, em que o coeficiente aumentou de 0,609 para 0,678 – um aumento de 11,3%. Também chama atenção o elevado aumento nas RMs de Goiânia (de 0,530 para 0,586, crescimento de 10,5%) e João Pessoa (de 0,668 para 0,731, crescimento de 9,5%).

De todo modo, o resultado geral é bastante preocupante, pois as RMs já apresentavam altíssimo grau de desigualdades antes do resultado da pandemia aparecer. No último ano, aquele já elevado nível de desigualdades subiu para outro patamar, alcançando inclusive um valor acima de 0,7 na RM de João Pessoa – o que é bastante simbólico.

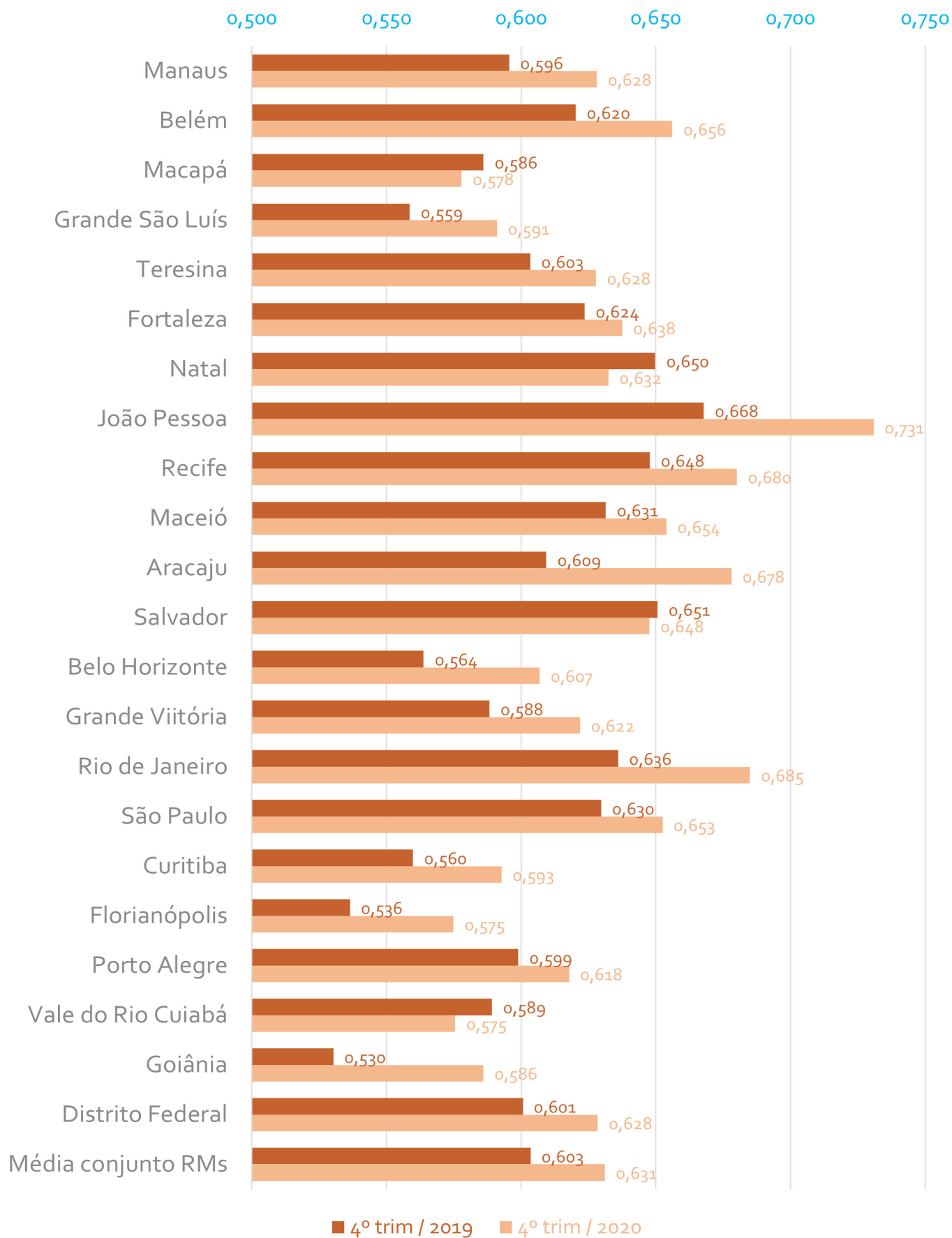


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* do 4º trimestre de 2019 e do 4º trimestre de 2020 - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% mais pobres, os 50% intermediários e os 10% com maiores rendimentos⁹. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato superior e inferior. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade de uma distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social.

Na figura 5 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das RMs. Vemos que o rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o 1º e 2º trimestre. Essa queda foi vista também na evolução do coeficiente de Gini. No 1º trimestre de 2020 o rendimento médio no conjunto das metrópoles era de R\$1.392,10, caindo para R\$ 1.293,51 no 2º trimestre do mesmo ano. Entre o 2º e 3º

trimestres o rendimento médio se manteve praticamente estável. Porém, voltou a cair entre o 3º e 4º trimestres, quando atingiu o valor de R\$ 1.278,91, o terceiro menor valor registrado em toda a série histórica. Assim, em 2020 voltamos ao patamar de renda do início da série histórica, no ano de 2012.

Na comparação do 4º trimestre de 2020 com o 4º trimestre de 2019, período de igual sazonalidade do mercado de trabalho, houve queda de 10,1% do rendimento médio do conjunto das Regiões Metropolitanas, pois passou de R\$ 1.422,42 em 2019 para R\$ 1.278,91 em 2020. Em nenhum outro momento registrado pela série histórica houve queda tão acentuada no rendimento médio como o ocorrido nesse período indicado.

Na figura 6 estão expostas as variações das médias de rendimento por estratos de renda, na comparação do 4º trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior para o conjunto das Regiões Metropolitanas¹⁰. A redução da média do rendimento observado anteriormente se deve à redução na média de rendimento de todos os três estratos de renda. Porém, a maior redução ocorreu com o estrato de menor renda, ou seja, os 40% mais pobres da população registraram perda de 34,2% entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020. O estrato com rendimentos intermediários teve perdas significativamente menores do

9 Definidos a partir das informações de rendimento de cada uma das RMs, separadamente.

10 Os estratos foram definidos para cada RM, separadamente.

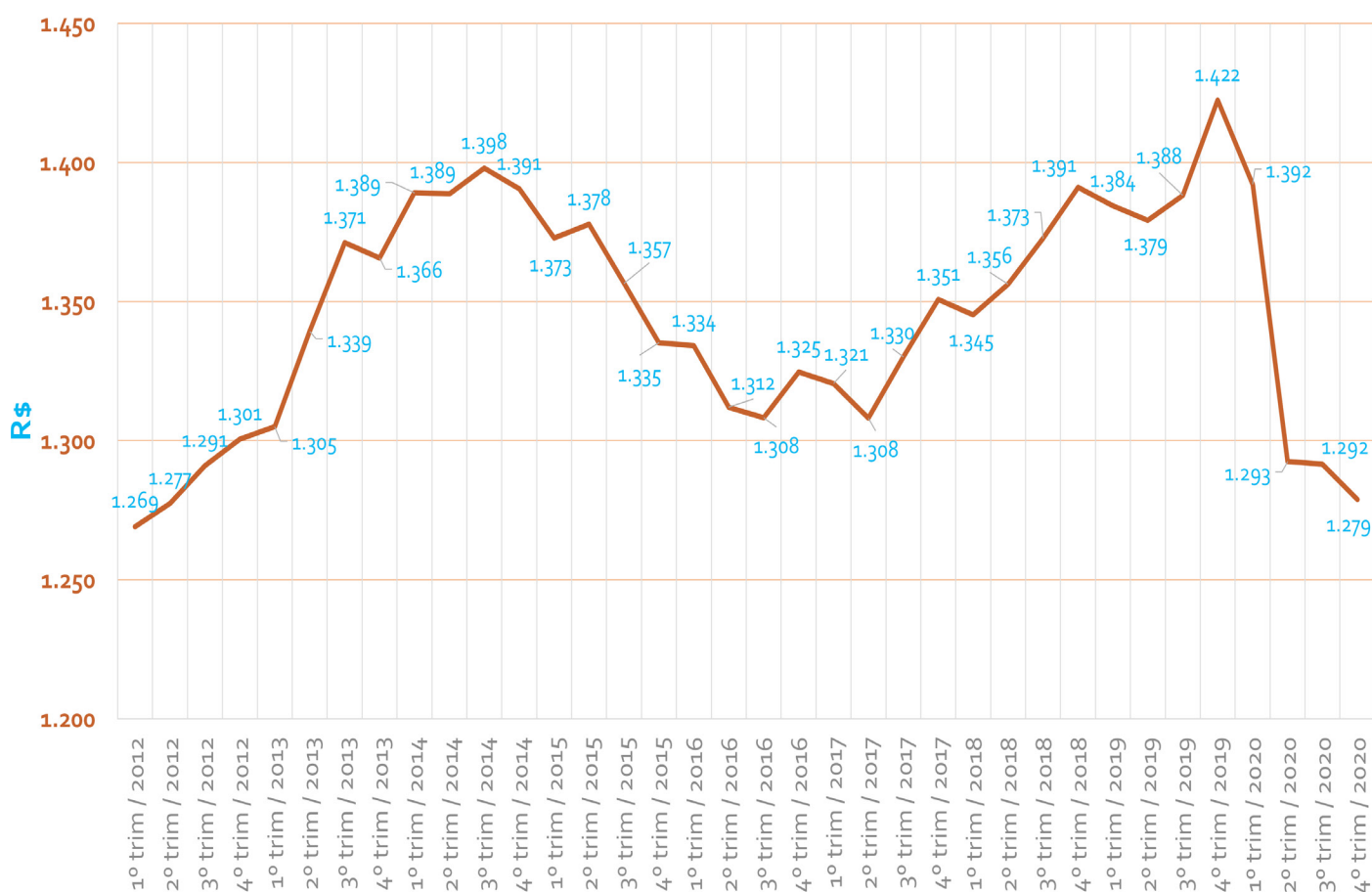


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

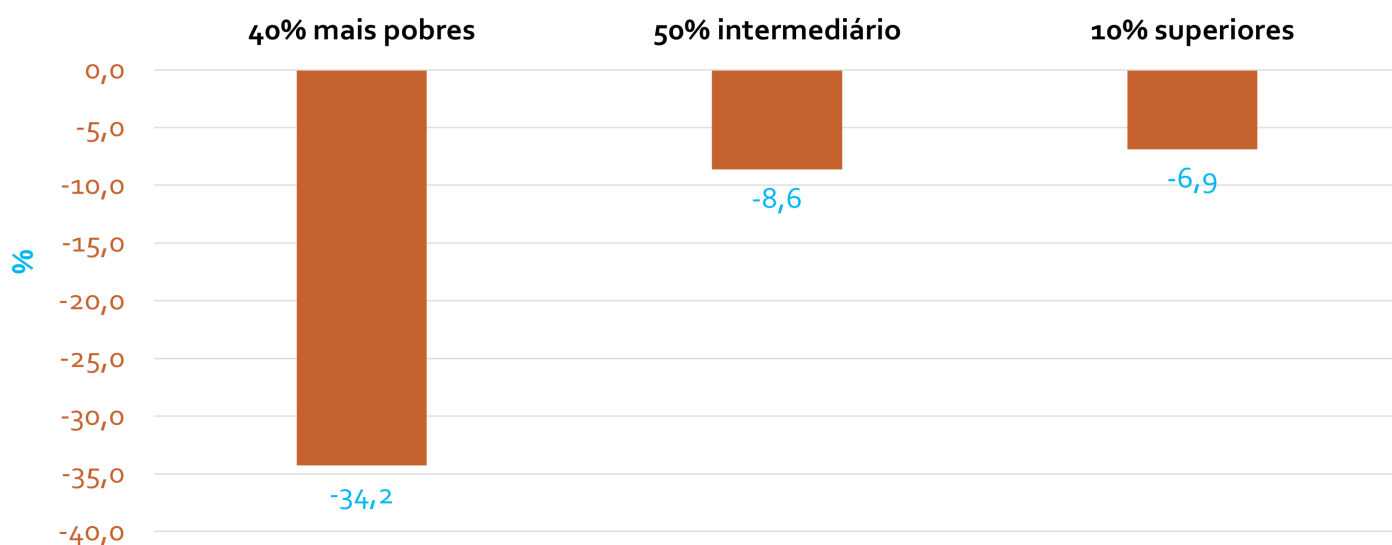


FIGURA 6: Variação da média de rendimentos* entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020 por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

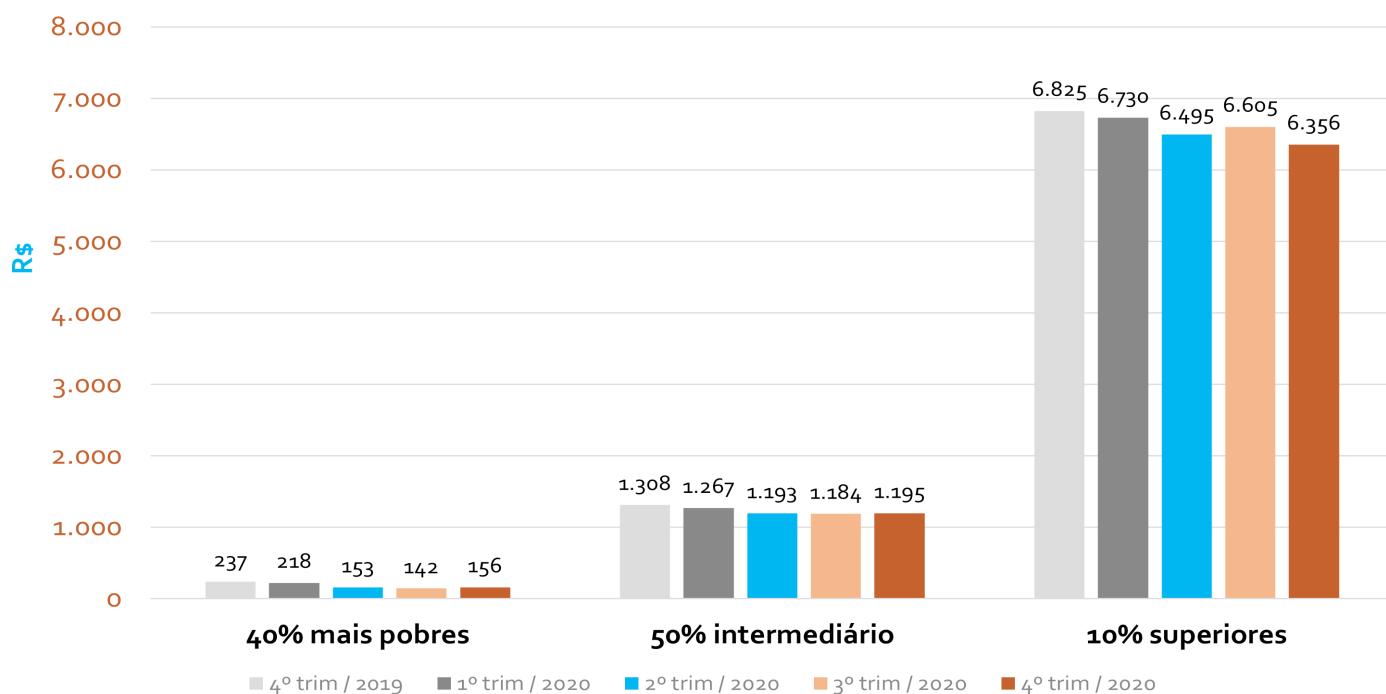


FIGURA 7: Média de rendimentos* entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020 por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: PNAD-COVID19 (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita total, somente para os domicílios nos quais algum morador recebia auxílios emergenciais.

que os mais pobres, correspondente a 8,6%. O estrato de maior rendimento, correspondente aos 10% do topo da distribuição, registrou perda de apenas 6,9%. Esses valores indicam que, embora os rendimentos médios tenham caído de forma generalizada no país, o perfil de sua divisão por estrato significou um aumento da desigualdade de renda, com perdas proporcionalmente maiores para os mais pobres e perdas inferiores para os grupos com maiores rendimentos.

Na figura 7 estão expostas as médias de rendimentos dos três estratos de renda para o conjunto das regiões metropolitanas nos últimos cinco trimestres, isto é, entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020¹¹. Chama atenção a grande disparidade de rendimentos entre o topo (10% mais ricos) e a base da pirâmide (40% mais pobres). No último trimestre, os 10% mais ricos tiveram rendimento médio per capita do trabalho de R\$ 6.355,74, enquanto os 40% mais pobres tiveram rendimento médio de R\$ 155,95. Os 50% intermediários do conjunto das metrópoles auferiram, em média, R\$ 1.195,23.

Através dessa figura é possível perceber a variação ao longo dos últimos 5 trimestres, que foi de queda contínua para os três estratos de renda em todo o período, com a exceção do 2º e 3º trimestres de 2020, para o estrato superior, que teve um leve aumento de rendimentos, mas que voltou a cair no trimestre seguinte. Além disso, é possível perceber pelos valores que a queda em termos absolutos foi maior para os estratos superiores de renda, apesar de seu impacto relativo ser mais

elevado para o estrato inferior de renda.

Na figura 8 estão expostos a variação da média de rendimento dos 40% mais pobres entre o 4º trimestre de 2019 e 4º trimestre de 2020 para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras. Percebe-se que, embora tenha havido queda dos rendimentos dos mais pobres em quase todas as regiões metropolitanas - com a exceção da RM de Macapá, em que houve aumento da média em 4,7% -, essa queda se deu de modo distinto entre as Regiões Metropolitanas. A Região Metropolitana de Aracaju, que apresentou a maior queda no rendimento médio da população mais pobre, registrou decréscimo de 49%, ou seja, o rendimento médio caiu pela metade no período analisado. A menor queda do rendimento médio foi verificada na Região Metropolitana de Natal, que caiu 9,6%.

De modo geral, a queda do rendimento médio da população mais pobre (40% da base da distribuição) não apresentou um padrão regional no Brasil, tendo em vista que acima da média encontravam-se metrópoles das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Abaixo da média encontravam-se metrópoles de todas as regiões brasileiras.

É possível perceber um impacto grande da queda de renda dos mais pobres na variação da desigualdade de renda mensurada pelo coeficiente de Gini, na medida em que as RMs que tiveram maior elevação do coeficiente de Gini, Aracaju e Goiânia, tiveram perdas nos rendimentos dos mais pobres bastante elevadas e superiores à média nacional, 49,0% e 43,7%, respectivamente. Por outro lado, nas RMs onde a desigualdade de renda teve maior diminuição foram também aquelas que tiveram menores perdas de

11 Em complemento a esses dados, estão expostos no Anexo os rendimentos médios por estrato de renda para cada uma das regiões metropolitanas.

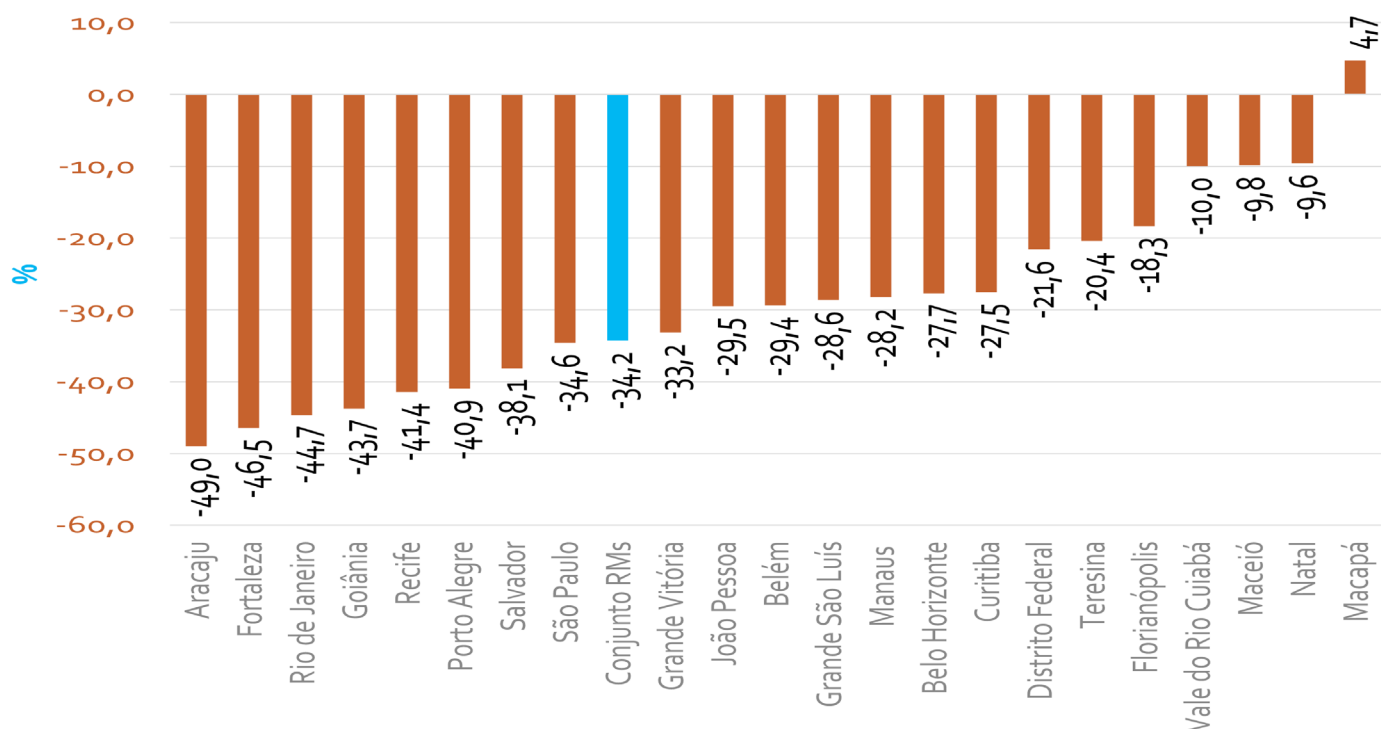


FIGURA 8: Variação da média de rendimentos* dos 40% mais pobres entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020– Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

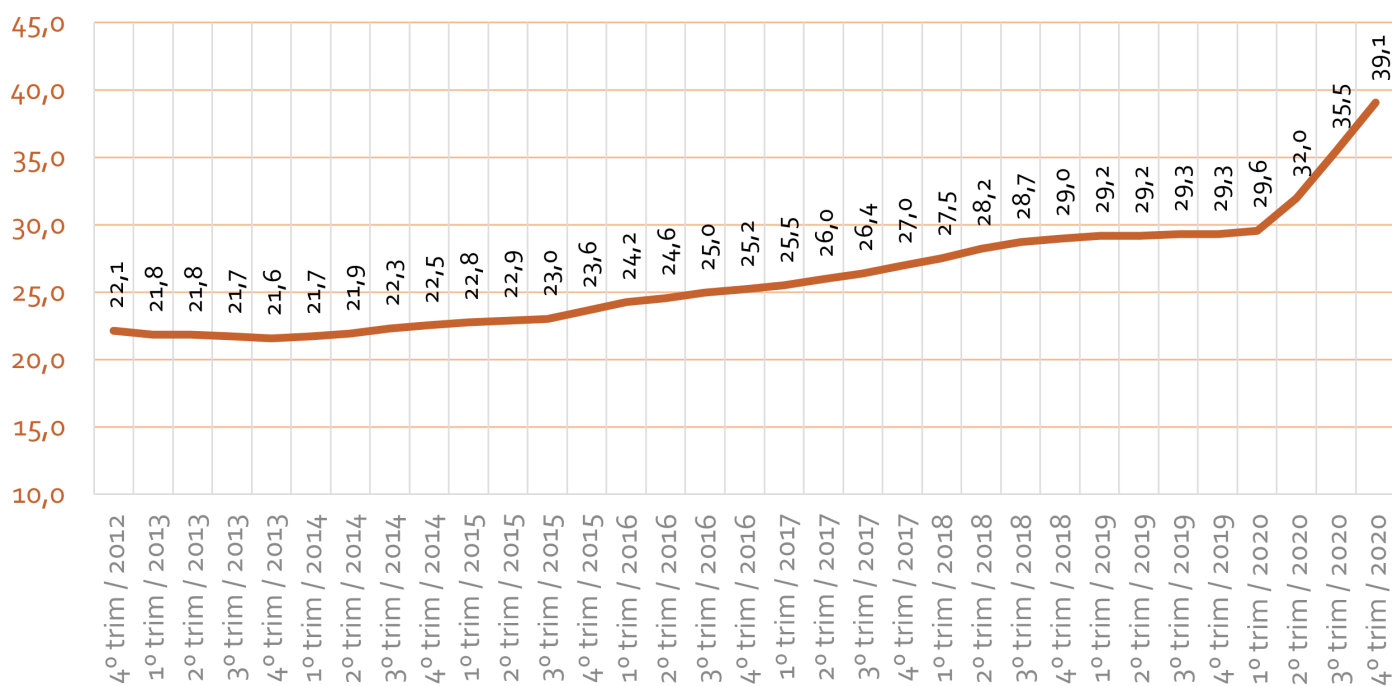


FIGURA 9: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

rendimentos para os mais pobres: Macapá (ganho de 4,7%), Natal (perda de 9,6%) e Vale do Rio Cuiabá (perda de 10%).

A figura 9 apresenta a evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), calculada a partir das médias móveis de quatro trimestres¹². Observa-se que, do começo da série histórica até o 3º trimestre de 2015, houve relativa estabilidade na razão de rendimento. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 1º trimestre de 2012 essa razão era de 22,1, alcançando a razão de 23 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 23 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão voltou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado, pois nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 29,2 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira muito abrupta, pois a razão no começo de 2020 era de 29,6 e alcançou o patamar de 39,1 no 4º trimestre de 2020, ou seja, no começo de 2020 a população de maior renda ganhava 29,6 vezes mais do que a população de menor renda, e no final do ano a população de maior renda passou a ganhar, em média, 39,1 vezes mais do que a população de menor renda. Isso demonstra que, apesar de todos os estratos de renda terem perdido rendimento no ano de 2020, a ampliação da desigualdade observada pelo coeficiente de Gini decorreu

de perdas muito mais acentuadas para o estrato de menor renda, os 40% da base da distribuição.

Na figura 10 são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras, no 4º trimestre de 2019 e no 4º trimestre de 2020. Essa razão de rendimentos aumentou para todas as regiões metropolitanas do país e chegou a valores bastante elevados em algumas delas, como João Pessoa e Rio de Janeiro, onde o rendimento médio dos 10% mais ricos passou a ser de 88,3 e 59,7 vezes maior do que o rendimento médio dos 40% mais pobres, respectivamente.

As cinco regiões metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 4º trimestre de 2020 foram, em ordem decrescente, as RMs de João Pessoa (88,3), Rio de Janeiro (59,7), Salvador (55,9), Recife (55,1) e Maceió (51,2). No lado oposto, as regiões metropolitanas em que a razão de rendimentos no 4º trimestre de 2020 era menor foram, em ordem crescente, as RMs de Goiânia (23,2), Curitiba (23,2), Florianópolis (24,0), Macapá (24,2) e Vale do Rio Cuiabá (24,4).

Embora essa razão tenha crescido e indicado aumento da desigualdade em todas as metrópoles, a taxa de crescimento variou bastante entre elas. As Regiões Metropolitanas que apresentaram maior crescimento da razão de rendimentos no período foram João Pessoa (82,7%), Rio de Janeiro (75,5%), Aracaju (46,4%), Salvador (45,2%), Recife (40,6%) e Florianópolis (40,2%). Já as Regiões Metropolitanas que tiveram os menores crescimentos dessa razão de rendimento no período foram Vale do Rio Cuiabá (6,6%), Natal (6,7%), Macapá (6,8%), Maceió (8,3%) e Curitiba (14,6%).

12 A razão de renda é calculada ao se dividir (para cada RM, em cada trimestre/ano) a média de rendimentos do estrato superior pela média do estrato inferior.

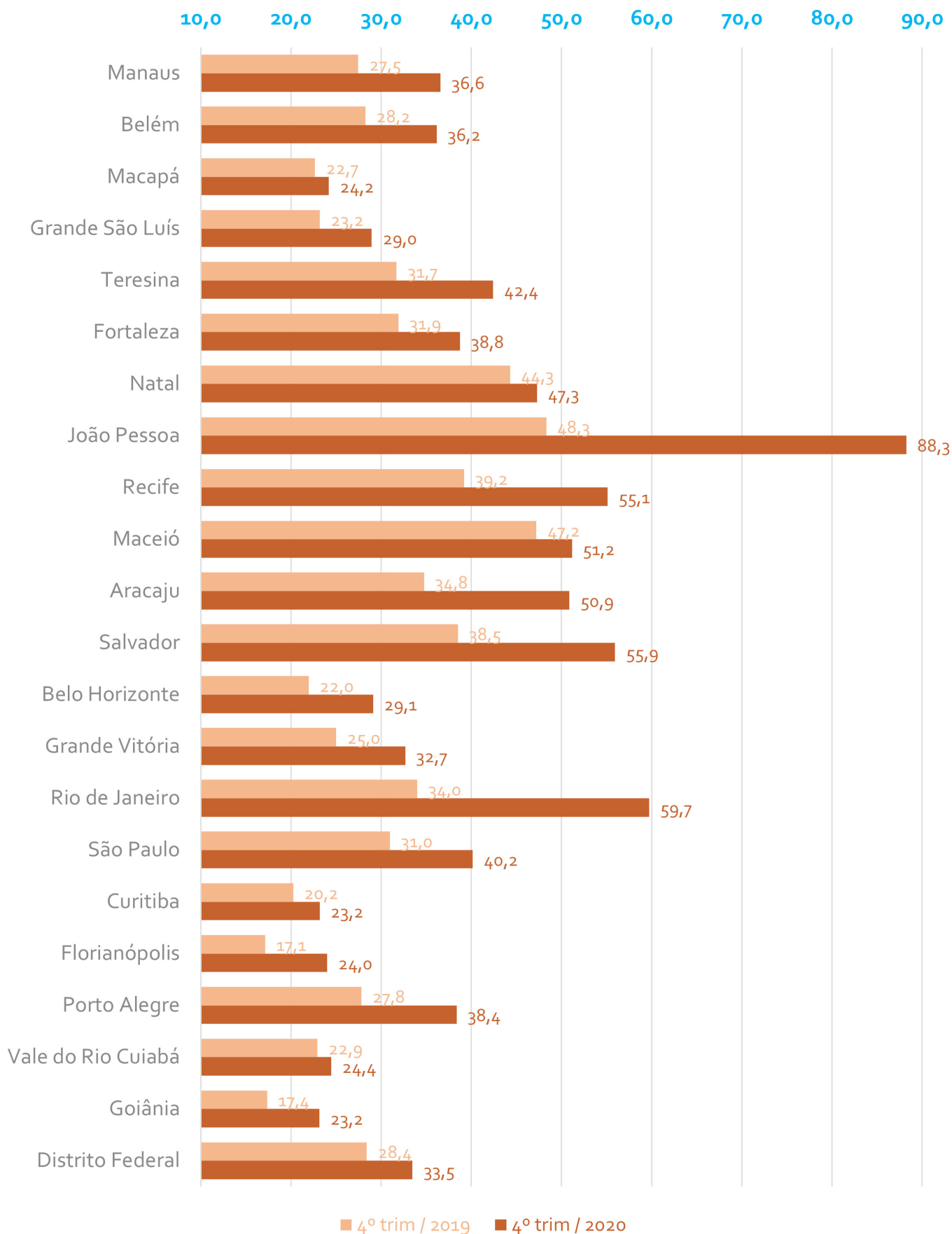


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA)

04 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As informações complementares deste Boletim referem-se às desigualdades de oportunidades, observadas por meio de variáveis relacionadas à educação: anos completos de estudo abaixo do esperado para pessoas de 6 a 14 anos de idade; anos completos de estudo abaixo do esperado para pessoas de 15 a 17 anos de idade; ingresso no nível de ensino superior de pessoas de 18 a 24 anos de idade. Todas essas variáveis serão relacionadas aos estratos de rendimentos (40% mais pobres, 50% intermediários e 10% mais ricos da distribuição de renda).

Os anos de escolaridade abaixo do esperado apontam a defasagem entre idade e série de pelo menos dois anos, considerando as crianças e jovens que estudam e aquelas que abundaram a escola. É um indicador reconhecido para avaliação educacional, estando inclusive presente no Plano Nacional de Educação, na sua meta 7, que trata da aprendizagem na idade certa. A defasagem em anos de escolaridade tem como causas o abandono e a evasão escolar, a entrada tardia e a reprovação ou repetência de anos escolares. Portanto, ao analisar as diferenças na escolaridade entre os diversos estratos de renda, busca-se avaliar a relação da desigualdade de renda e o desenvolvimento escolar de crianças e jovens. Dado que a escolaridade alcançada é imprescindível para o futuro dos jovens, sendo um dos principais preditores de desemprego, status ocupacional e rendimentos na vida adulta, tomamos aqui as desigualdades educacionais como indicadoras das desigualdades de oportunidades em nossas metrópoles.

Na figura 11 está exposta a evolução da média móvel da taxa

de pessoas de 6 a 14 anos de idade em situação de defasagem entre idade e série de pelo menos dois anos, por estrato de rendimentos, para o conjunto das regiões metropolitanas. A faixa etária de 6 a 14 anos corresponde ao período de frequência adequada do Ensino Fundamental, tendo em vista que esse segmento de ensino corresponde ao total de nove anos de estudos. A opção de utilizar a média móvel de quatro trimestre se deve ao fato de o comportamento desse indicador apresentar sazonalidade entre os trimestres do ano, pois a defasagem idade-série tende a ser menor no 1º trimestre e aumentar nos demais trimestres, chegando ao 4º trimestre com o seu nível mais elevado. Fenômeno que volta a se repetir nos anos seguintes.

A primeira constatação observável na Figura 11 é que há uma associação inversa entre o estrato de renda e a probabilidade de as crianças e jovens apresentarem escolaridade abaixo do esperado para sua idade, pois quanto mais elevado o estrato de renda, menor a porcentagem encontrada: no 4º trimestre de 2012, entre os 40% mais pobres essa taxa era 16,7%, entre os 50% intermediário era 9,7% e entre os 10% mais ricos era 4,3%.

A segunda constatação observável é que a taxa de anos de escolaridade abaixo do esperado tem caído em todos os estratos de renda ao longo da série histórica. Como a queda tem sido mais acentuada no estrato de menor renda (40% da base da distribuição), a diferença entre os estratos de renda tem diminuído ao longo do tempo: no 4º trimestre de 2020, entre os 40% mais pobres essa taxa era 8,9%, entre os 50% intermediário era 4,8% e entre os 10% mais ricos era 2,7%.

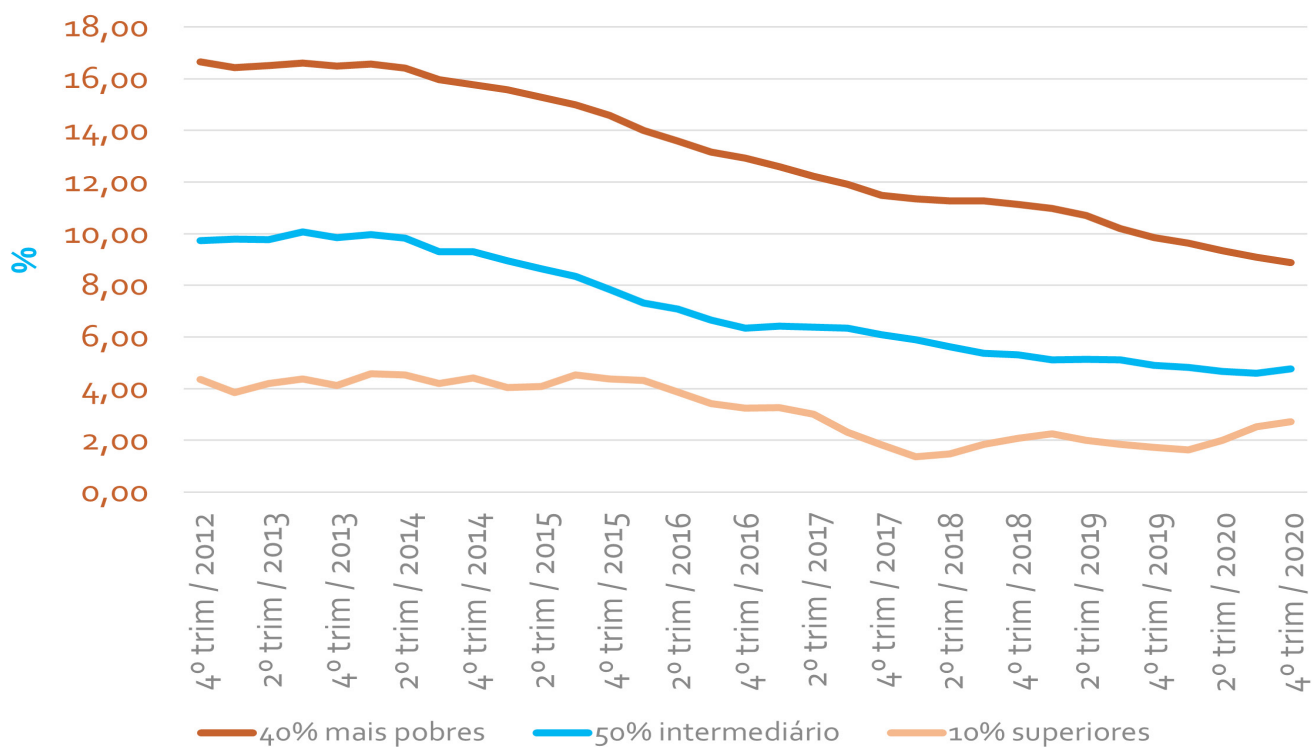


FIGURA 11: Pessoas de 6 a 14 anos de idade em Situação de Escolaridade Abaixo do Esperado*, por Estrato de Rendimentos - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

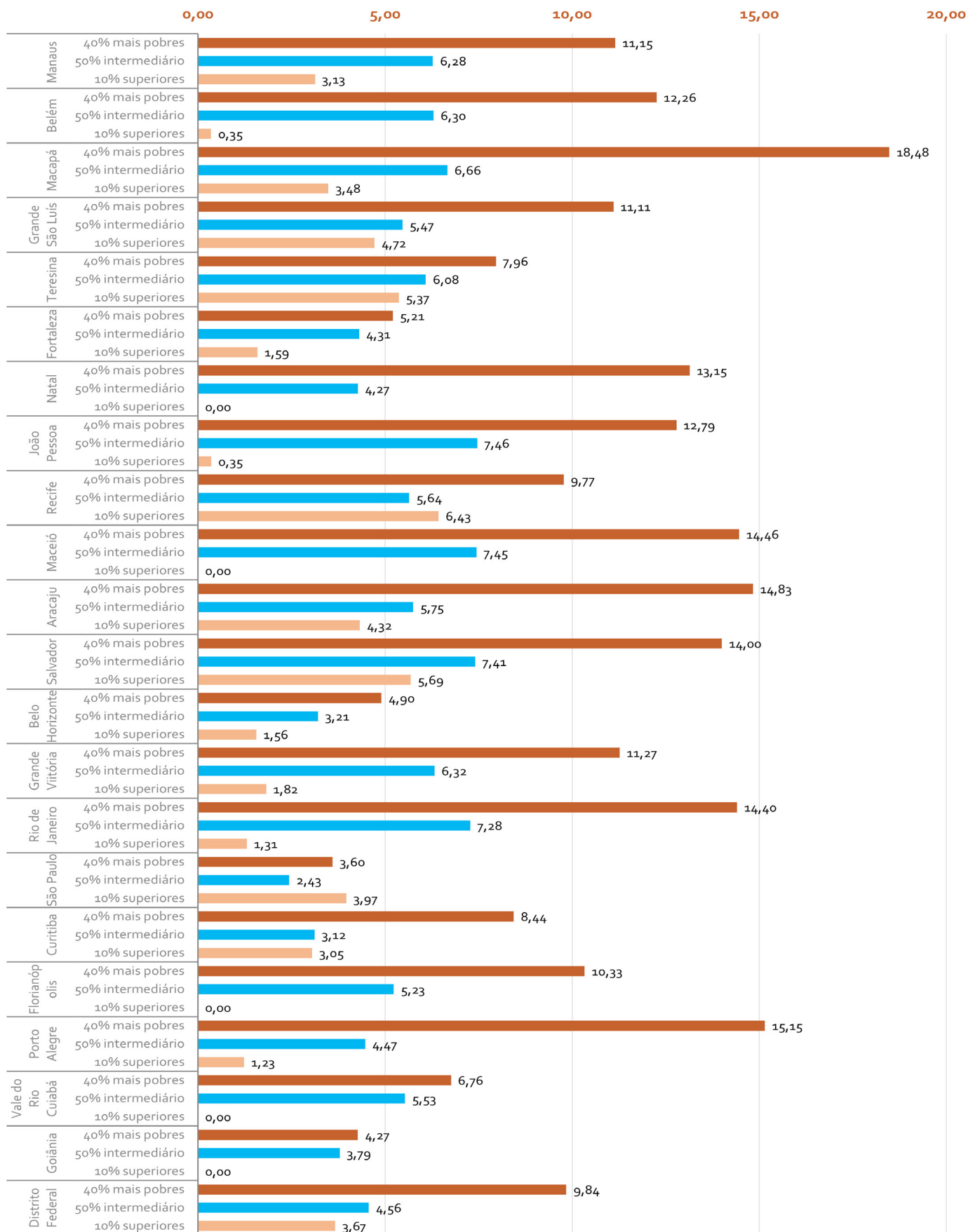


FIGURA 12: Pessoas de 6 e 14 anos de idade em Situação de Escolaridade Abaixo do Esperado*, por Estrato de Rendimentos - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

Na figura 12 está exposta a média móvel de quatro trimestres da taxa de pessoas de 6 a 14 anos de idade com anos de escolaridade abaixo do esperado, por estrato de rendimento, observada no 4º trimestre de 2020 para cada uma das regiões metropolitanas do país. Em quase todas as Regiões Metropolitanas se verificou um padrão semelhante: taxas maiores para os estratos de menor rendimento, seguido do estrato intermediário e então do estrato superior de rendimento. As exceções foram a RM de Recife, em que registrou taxas mais baixas no estrato intermediário em relação ao estrato superior, e a RM de São Paulo em que a maior taxa registrada no estrato mais elevado de rendimento, seguida pelo estrato de menor renda e, posteriormente, do estrato de renda intermediária.

Os valores da taxa de escolaridade abaixo do esperado apresentam grandes variações entre as regiões metropolitanas do país. Ao considerar os 40% mais pobres, as maiores taxas na faixa etária de 6 a 14 anos de idade foram verificadas nas Regiões Metropolitanas de Macapá (18,48%), Porto Alegre (15,15%), Aracaju (14,83%), Maceió (14,46%) e do Rio de Janeiro (14,4%) e as menores taxas foram verificadas nas Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá (6,76%), Fortaleza (5,21%), Belo Horizonte (4,9%), Goiânia (4,27%) e São Paulo (3,6%).

No estrato dos 10% mais ricos, a taxa de pessoas de 6 a 14 anos de idade em situação de defasagem entre idade e série de pelo menos dois anos chegou a zero em seis

Regiões Metropolitanas: Natal, Maceió, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia. As Regiões Metropolitanas que apresentaram as taxas mais elevadas para este estrato foram: Recife (6,43%), Salvador (5,69%), Teresina (5,37%), Grande São Luís (4,72%) e Aracaju (4,32%).

Na figura 13 está exposta a evolução da média móvel da taxa de pessoas de 15 a 17 anos de idade em situação de defasagem entre idade e série de pelo menos dois anos, por estrato de rendimentos para o conjunto das regiões metropolitanas. Essa faixa etária corresponde ao período de frequência adequada do Ensino Médio, tendo em vista que em geral esse segmento de ensino é composto de três séries anuais.

A primeira constatação observável é que a taxa de jovens com escolaridade abaixo do esperado possui associação inversa com o estrato de renda, pois quanto mais elevado o estrato de renda, menor é a taxa. No 1º trimestre de 2012, no estrato dos 40% mais pobre, a taxa era de 40,6%, no estrato dos 50% de renda intermediária era de 24,2% e no estrato dos 10% mais ricos era de 9,3%. Conforme esperado, os valores aqui são bem maiores do que aqueles verificados para a faixa etária correspondente ao ensino fundamental.

Constata-se, também, que em geral o comportamento da taxa de escolaridade abaixo do esperado foi de redução ao longo da série histórica para todos os estratos de renda: no 4º trimestre de 2020, a taxa no

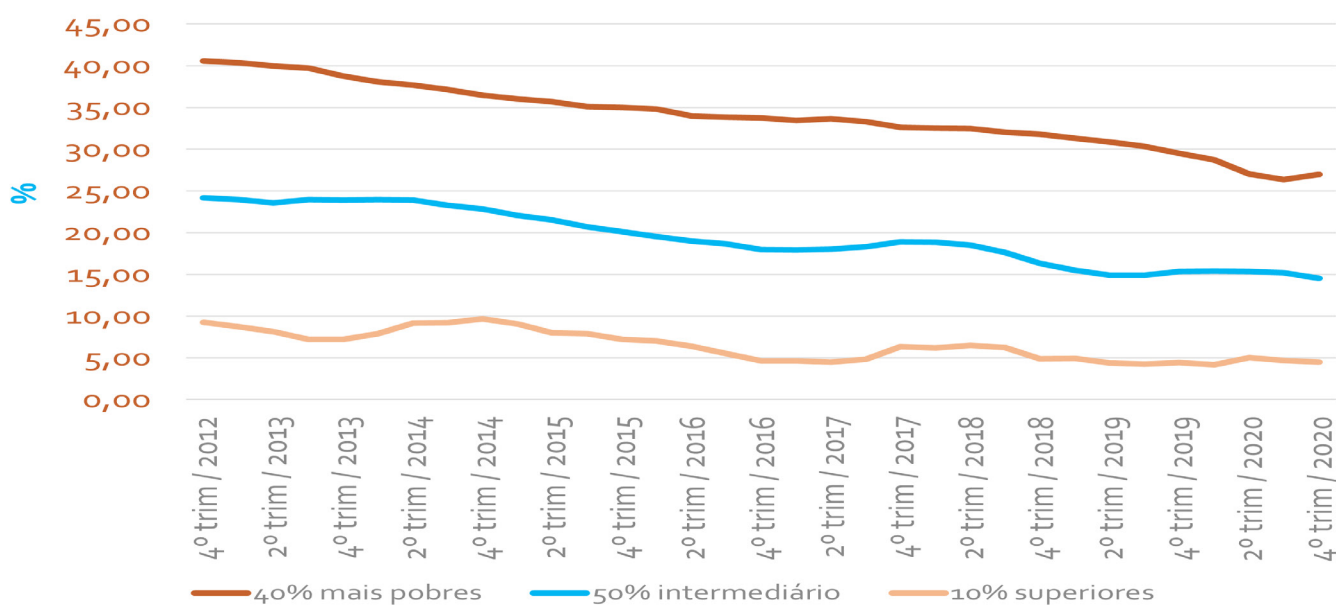


FIGURA 13: Jovens entre 15 e 17 anos de Idade em Situação de Escolaridade Abaixo do Esperado*, por Estrato de Rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

estrato dos 40% mais pobres era de 27%, no estrato dos 50% de renda intermediária era de 14,5% e no estrato dos 10% mais ricos era de 4,5%.

Essa redução, contudo, não contribuiu para a diminuição da diferença entre os estratos de renda. No 1º trimestre de 2012, os 40% mais pobres possuíam uma taxa 4,4 vezes maior que os 10% mais ricos; no 4º trimestre de 2020, os 40% mais pobres passaram a registrar taxa 6 vezes maior que os 10% mais ricos. Apesar dessa redução, a desigualdade entre os estratos de renda se ampliou.

Na figura 14 estão expostas as taxas de pessoas de 15 a 17 anos de idade em situação de defasagem entre idade e série de pelo menos dois anos para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. Constata-se a existência do mesmo padrão: taxas mais elevadas para o estrato de menor rendimento, seguido do estrato de renda intermediária e então do estrato superior de rendimento. As exceções são as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Vale do Rio Cuiabá, onde as taxas para os mais ricos foram superiores aos estratos intermediários, chegando inclusive a ser superior à do estrato mais pobre na RM de Vale do Rio Cuiabá.

Os valores das taxas de escolaridade abaixo do esperado variaram bastante entre as Regiões Metropolitanas. Para os 40% mais pobres, as maiores taxas na faixa etária de 15 a 17 anos foram verificadas nas Regiões Metropolitanas de Aracaju (51,41%), Natal (45,86%),

Belém (44,97%), Maceió (43,20%) e Salvador (43,03%) e as menores taxas foram verificadas nas Regiões Metropolitanas de Curitiba (23,85%), Belo Horizonte (22,72%), Goiânia (21,31%), Vale do Rio Cuiabá (20,46%) e São Paulo (14,35%).

Para os 10% mais ricos, as maiores taxas de escolaridade abaixo do esperado na faixa etária de 15 a 17 anos foram verificadas nas Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá (22,2%), Fortaleza (12,1%), Salvador (11,7%), Belo Horizonte (7,5%) e Curitiba (6,3%). Há Regiões Metropolitanas que registraram taxa zero neste estrato: Macapá, Natal, Teresina, João Pessoa, Goiânia e Distrito Federal.

Nas figuras 15 estão expostos dados do ingresso no Ensino Superior das pessoas de 18 a 24 anos de idade para o conjunto das Regiões Metropolitanas segundo o estrato de renda. Constata-se que há associação direta entre o ingresso no Ensino Superior e o estrato de renda, pois a taxa de inserção no Ensino Superior era maior para os 10% do topo da distribuição de renda, seguida pelos 50% de renda intermediária e pelos 40% mais pobres. No 1º trimestre de 2012, a taxa de ingresso no Ensino Superior era de 62,4% para os 10% mais ricos, 21% para os 50% de renda intermediária e 9,6% para os 40% mais pobres.

Contata-se, também, que houve aumento dessa taxa de ingresso no Ensino Superior para todos os estratos de renda, contribuindo para a redução das diferenças entre

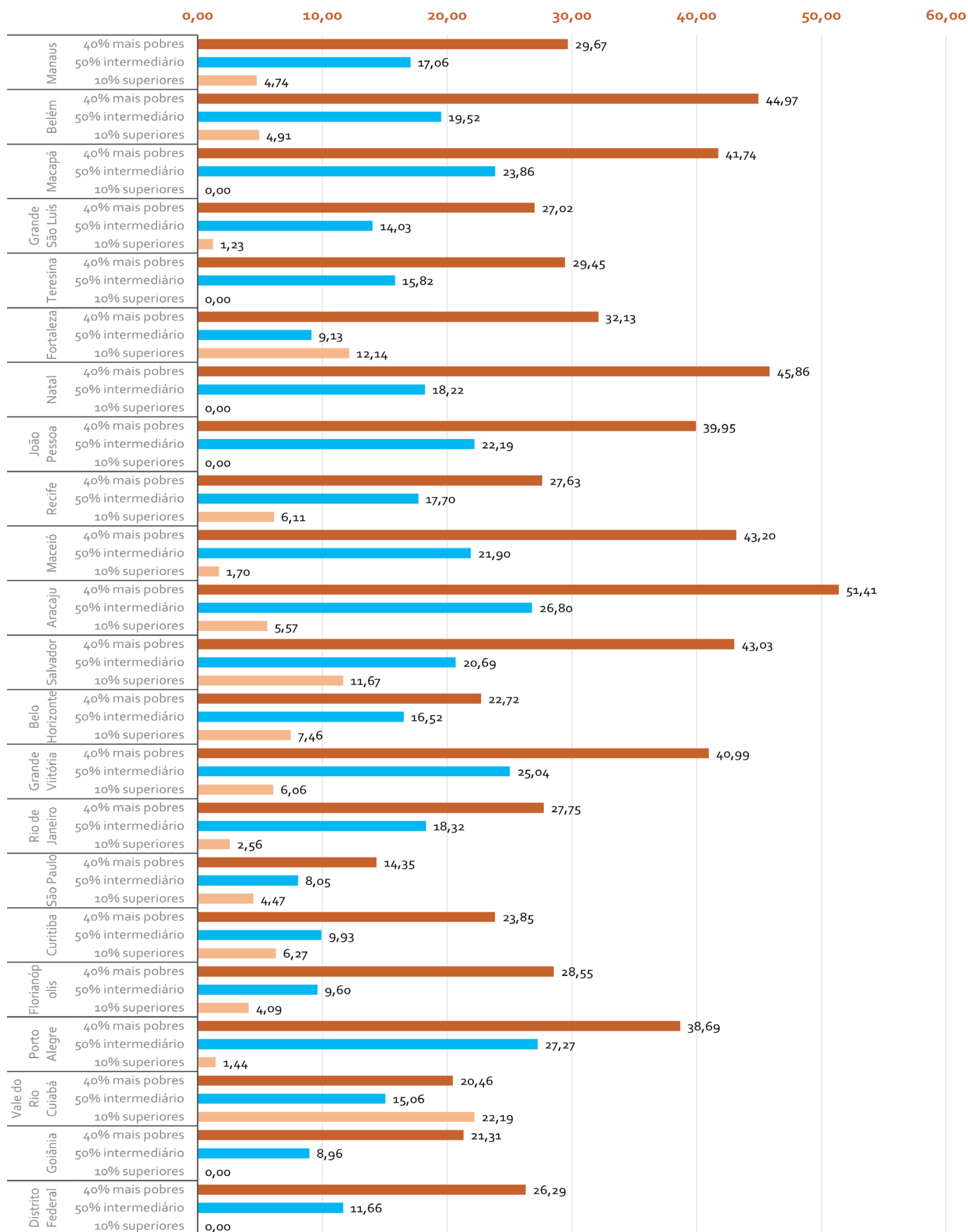


FIGURA 14: Jovens entre 15 e 17 anos de Idade em Situação de Escolaridade Abaixo do Esperado*, por Estrato de Rendimentos* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

eles. No 4º trimestre de 2020, a taxa de ingresso no Ensino Superior era de 66,4% para os 10% mais ricos, 30,4% para os 50% de renda intermediária e 16,8% para os 40% mais pobres.

No 4º trimestre de 2012, as pessoas de 18 a 24 anos de idade do estrato dos 10% mais ricos apresentavam taxa de ingresso no Ensino Superior 6,5 vezes maior que a taxa das pessoas do estrato dos 40% mais pobres. No 4º trimestre de 2020, essa razão se reduziu para 4, demonstrando que houve queda nas desigualdades de oportunidades entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres ao longo da série histórica, apesar de essa queda ter sido pouca expressiva nesse período.

Na comparação entre as Regiões Metropolitanas, a partir dos dados apresentados na figura 16, onde estão expostas as taxas de ingresso no Ensino Superior por estrato de renda no último trimestre de 2020 para cada RM, constata-se que o padrão observado no conjunto das metrópoles se repete em todas as Regiões Metropolitanas, embora com intensidade diferente.

A Região Metropolitana que apresentou maior disparidade entre ricos e pobres nesse indicador foi a de Recife, em que a taxa de ingresso para os 10% mais ricos era 5,9 vezes maior do que para os 40% mais pobres. A RM de Recife foi seguida por Salvador (5,6), Maceió (5,4), Fortaleza (5,3) e Teresina (5,3).

A metrópole que apresentou taxa de ingresso no Ensino Superior mais próximas entre os mais pobres e mais ricos foi o Distrito Federal, em que a taxa de ingresso

para os mais ricos foi de 2,9 vezes maior do que para os mais pobres. Além do Distrito Federal, as Regiões Metropolitanas com menor disparidade entre as taxas de ingresso de ricos e pobres foram Florianópolis (2,9), Grande São Luís (3,0), Goiânia (3,4) e São Paulo (3,4).

Ao comparar as Regiões Metropolitanas em relação à taxa de ingresso no Ensino Superior do estrato composto pelos 40% mais pobres, constata-se que aquelas que apresentaram taxas acima da média do conjunto das metrópoles foram Florianópolis (25,6%), Distrito Federal (22,8%), Vale do Rio Cuiabá (21,6%), Grande São Luís (19,3%), Porto Alegre (19,2%), São Paulo (19,2%), Grande Vitória (18,3%), Rio de Janeiro (18%), Goiânia (17,8%) e Belém (17,3%).

A mesma comparação, considerando o estrato composto pelos 10% mais ricos, constata-se que as Regiões Metropolitanas que apresentaram taxas acima da média do conjunto das metrópoles foram Vale do Rio Cuiabá (81,2%), Macapá (78%), Florianópolis (75,2%), Salvador (72,5%), Porto Alegre (71,6%), Teresina (71,4%), Grande Vitória (70,3%), Rio de Janeiro (70,2%), Belém (70,2%), Recife (68,7%), Curitiba (67%) e Distrito Federal (66,6%).

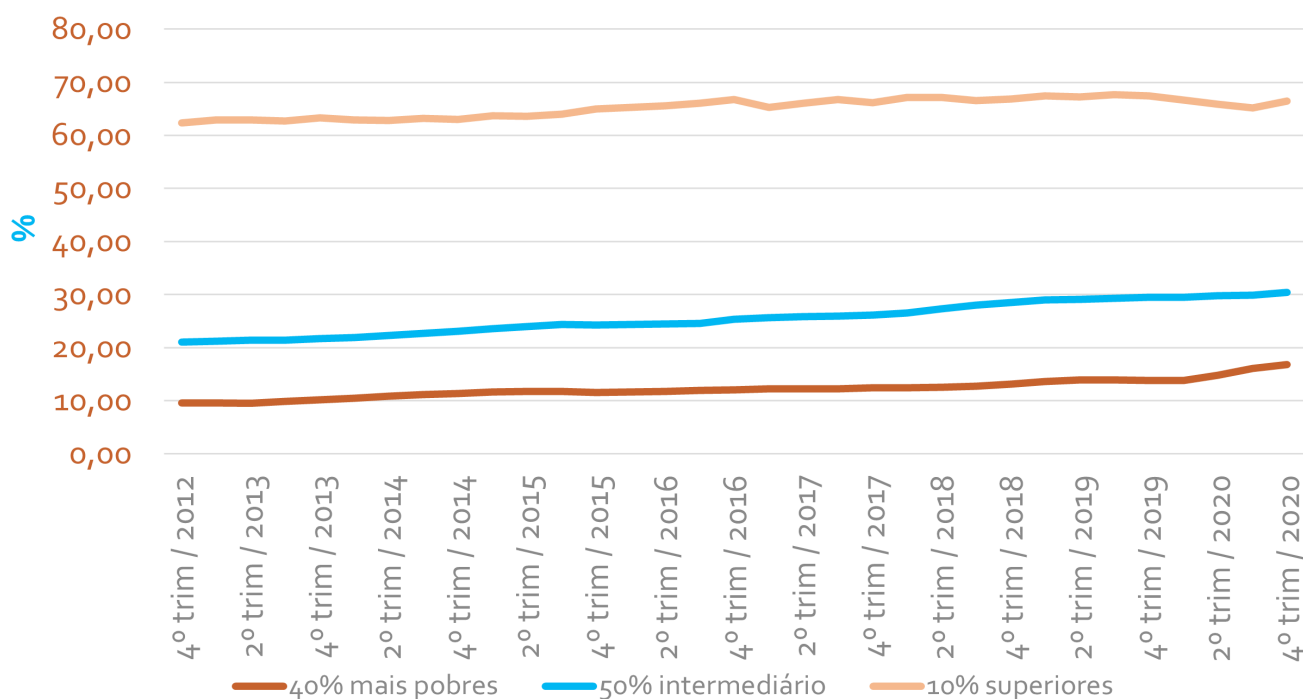


FIGURA 15: Pessoas de 18 e 24 anos de idade que Ingressaram no Ensino Superior*, por Estrato de Rendimentos - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

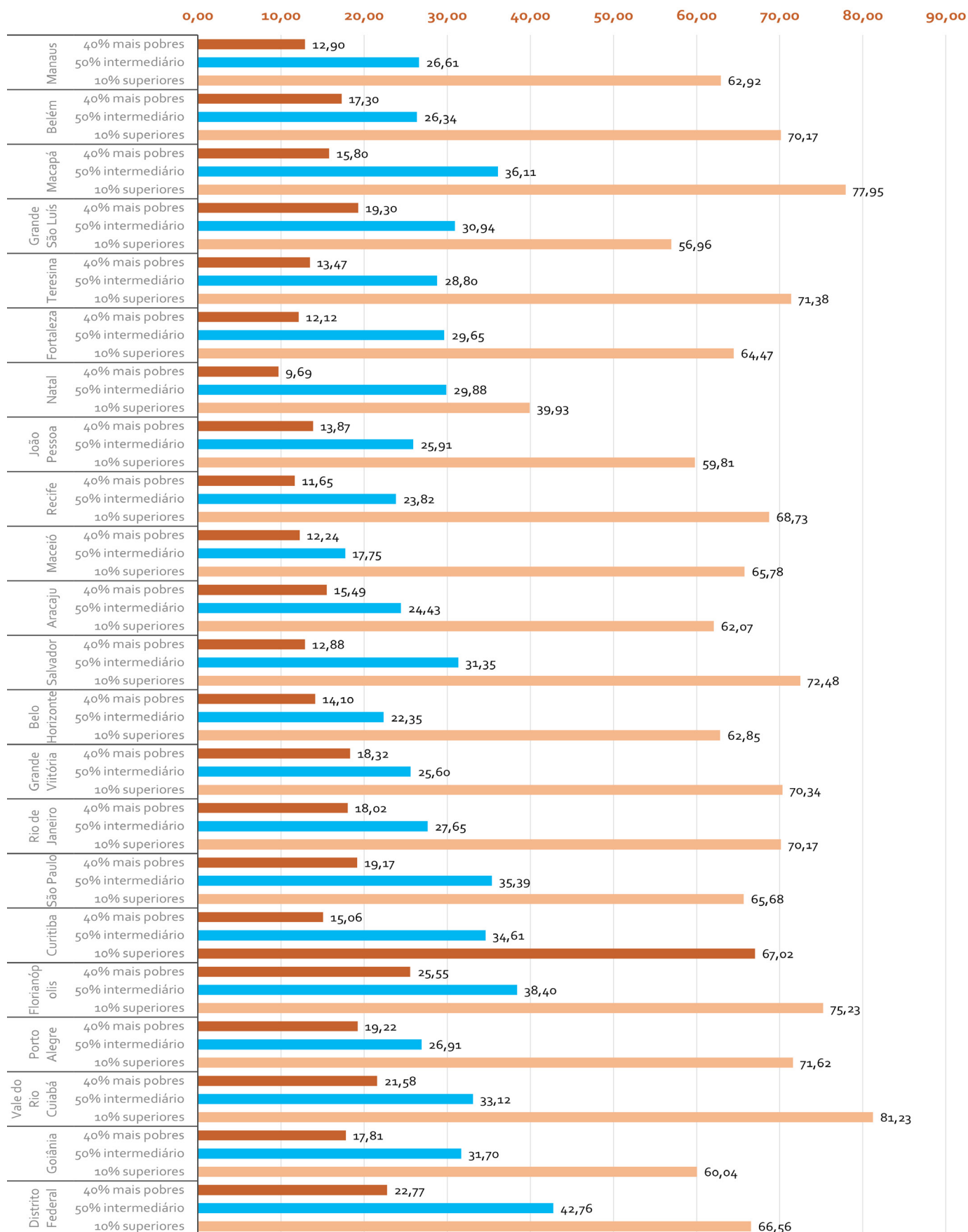


FIGURA 16: Pessoas de 18 e 24 anos de idade que Ingressaram no Ensino Superior*, por Estrato de Rendimentos - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

TABELA 1:
Média de rendimentos* entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020 por estratos de renda – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 4º trimestre 2020 / IPCA).

		4º trim / 2019	1º trim / 2020	2º trim / 2020	3º trim / 2020	4º trim / 2020
Manaus	40% mais pobres	160	149	97	112	115
	50% intermediário	824	815	753	821	815
	10% superiores	4.000	4.055	4.732	4.335	4.194
Belém	40% mais pobres	185	156	143	143	131
	50% intermediário	946	849	922	810	848
	10% superiores	5.286	4.926	5.543	4.882	5.391
Macapá	40% mais pobres	160	154	149	142	168
	50% intermediário	876	858	898	893	908
	10% superiores	3.714	3.609	3.839	3.687	3.676
Grande São Luís	40% mais pobres	169	141	107	99	121
	50% intermediário	787	749	714	698	698
	10% superiores	3.300	3.777	3.386	3.313	3.079
Teresina	40% mais pobres	104	102	57	58	83
	50% intermediário	730	753	646	708	816
	10% superiores	3.186	3.004	3.141	2.808	3.795
Fortaleza	40% mais pobres	197	164	92	95	106
	50% intermediário	945	888	823	748	788
	10% superiores	5.560	4.764	4.943	3.852	4.115
Natal	40% mais pobres	117	118	111	73	106
	50% intermediário	1.080	1.111	1.037	942	928
	10% superiores	5.445	5.471	5.082	4.432	4.270
João Pessoa	40% mais pobres	111	98	51	27	78
	50% intermediário	815	811	720	640	735
	10% superiores	5.166	5.366	5.415	5.524	6.204
Recife	40% mais pobres	126	114	70	61	74
	50% intermediário	856	807	697	656	663
	10% superiores	4.895	4.712	4.226	4.374	4.256
Maceió	40% mais pobres	82	87	58	35	74
	50% intermediário	695	696	545	533	639
	10% superiores	3.426	3.632	3.040	2.906	3.425
Aracaju	40% mais pobres	142	138	77	67	72
	50% intermediário	929	928	809	750	825
	10% superiores	4.335	4.517	4.532	4.321	4.682
Salvador	40% mais pobres	155	129	69	67	96
	50% intermediário	1.061	1.021	866	906	902
	10% superiores	6.192	6.002	4.979	4.700	4.462
Belo Horizonte	40% mais pobres	273	221	175	164	197
	50% intermediário	1.241	1.177	1.130	1.121	1.220
	10% superiores	5.523	5.508	5.539	5.340	5.665
Grande Vitória	40% mais pobres	239	221	168	139	159
	50% intermediário	1.215	1.202	1.158	1.098	1.107
	10% superiores	5.786	5.677	5.666	5.625	5.473
Rio de Janeiro	40% mais pobres	196	178	100	88	108
	50% intermediário	1.303	1.287	1.222	1.226	1.251
	10% superiores	7.024	6.875	7.190	7.177	7.066
São Paulo	40% mais pobres	294	287	209	193	193
	50% intermediário	1.577	1.545	1.463	1.476	1.423
	10% superiores	9.168	9.362	8.562	9.297	8.207
Curitiba	40% mais pobres	348	332	274	259	252
	50% intermediário	1.628	1.607	1.545	1.485	1.448
	10% superiores	6.895	6.306	6.607	6.528	6.474
Florianópolis	40% mais pobres	400	389	330	238	327
	50% intermediário	1.972	1.864	2.048	1.798	1.790
	10% superiores	6.981	6.674	8.103	8.406	7.633
Porto Alegre	40% mais pobres	277	239	132	133	164
	50% intermediário	1.526	1.414	1.263	1.284	1.345
	10% superiores	7.226	6.784	6.042	6.634	6.178
Vale do Rio Cuiabá	40% mais pobres	280	273	244	224	252
	50% intermediário	1.246	1.226	1.191	1.226	1.346
	10% superiores	6.617	6.442	5.715	6.293	5.827
Goiânia	40% mais pobres	323	291	211	204	182
	50% intermediário	1.351	1.282	1.176	1.177	1.158
	10% superiores	5.216	4.980	5.290	5.266	5.044
Distrito Federal	40% mais pobres	332	294	236	223	260
	50% intermediário	1.992	1.840	1.772	1.857	1.936
	10% superiores	8.827	8.514	7.806	8.440	9.151

PUCRS



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

